



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2025

Dispõe sobre o cumprimento da Recomendação nº 004/2025 – 3ª Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim/RO, quanto ao controle, concessão e prestação de contas de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO.

Dispõe sobre o cumprimento da Recomendação expedida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia quanto ao controle e pagamento de diárias aos agentes públicos, com vistas à prevenção de irregularidades e à promoção da legalidade, moralidade e eficiência administrativa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONSIDERANDO a Recomendação nº 004/2025 – 3ª Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim/RO, expedida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, que versa sobre o aprimoramento dos mecanismos de controle e a observância dos princípios constitucionais na concessão de diárias a agentes públicos;

CONSIDERANDO as medidas administrativas já adotadas pela Controladoria Interna, conforme o Memorando nº 032/CI/2025, as quais incluem a reformulação da legislação de diárias (Lei nº 2.385/2025), a elaboração de checklist técnico, a criação de instrumentos de controle e a inclusão de auditoria no Plano Anual de Auditoria de 2025;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de observar os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o interesse público de forma a assegurar o uso regular, transparente e responsável dos recursos destinados ao custeio de deslocamentos oficiais;

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regras complementares para a solicitação, concessão, controle, auditoria e prestação de contas de diárias concedidas a agentes públicos e políticos da Câmara Municipal de Nova Mamoré, visando à integridade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 2º As diárias destinam-se exclusivamente ao custeio de despesas com alimentação, estadia e deslocamento urbano, nos termos da Lei Municipal nº 2.385/2025, sendo vedada sua utilização para complementação de remuneração, subsídio ou gratificação.

CAPÍTULO II – DO PLANEJAMENTO E SOLICITAÇÃO

Art. 3º Os gabinetes parlamentares e setores administrativos deverão elaborar agenda prévia e organizada de compromissos oficiais, cursos e reuniões externas, de modo a possibilitar o planejamento adequado e evitar solicitações simultâneas ou desnecessárias de diárias.

Art. 4º. A solicitação de diária deverá observar rigorosamente os formulários dos anexos e os prazos estabelecidos na Lei nº 2.385/2025, devendo conter:

I – justificativa formal do deslocamento e da necessidade de pernoite, observando que a diária integral somente será devida quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas e incluir pernoite comprovado; na ausência de pernoite, o pagamento restringir-se-á à diária especial, aplicável aos afastamentos superiores a 6 (seis) e inferiores a 12 (doze) horas, conforme art. 6º da Lei nº 2.385/2025;

II – documentação comprobatória (convites, agendas, programações oficiais, etc.);

III – correlação entre o deslocamento e as atribuições do cargo ou função exercida.

§1º. A ausência de justificativa formal ou de documentação comprobatória sem justificativa implicará o indeferimento do pedido.

CAPÍTULO III – DAS RESTRIÇÕES E DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 5º Deverão ser priorizadas reuniões, capacitações e cursos na modalidade virtual, especialmente quando ofertados gratuitamente por instituições reconhecidas.

Art. 6º Fica vedada a concessão de diárias:

I – para visitas ou entregas de documentos que possam ser realizadas por meio eletrônico, salvo comprovado interesse público de forma justificada;

II – para participação em cursos ou eventos sem relação com as atribuições do cargo, salvo quando houver justificativa devidamente fundamentada, demonstrando o interesse público e a relevância para o aprimoramento de suas atividades.

III – de forma sucessiva, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas e documentadas.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE

Parágrafo único. A reiteração de pedidos sucessivos poderá ser objeto de apuração pela Presidência e pela Controladoria Interna, a fim de coibir o uso indevido das diárias.

CAPÍTULO IV – DO CONTROLE INTERNO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 7º Compete à Controladoria Interna da Câmara Municipal de Nova Mamoré:

- I – distribuir memorando orientativo com checklist para instrução e baixa dos processos de diárias;
- II – inserir no Plano Anual de Auditoria item de análise por amostragem dos processos de diárias;
- III – recomendar medidas corretivas sempre que constatadas falhas, omissões ou irregularidades.

Art. 8º O beneficiário deverá apresentar a prestação de contas no prazo máximo de três dias úteis após o retorno da viagem, nos moldes do Anexo IV da Lei nº 2.385/2025, acompanhada de:

- I – relatório circunstanciado das atividades realizadas;
- II – registros fotográficos e documentos complementares que comprovem a efetiva participação no evento.

Parágrafo único. A ausência de prestação de contas no prazo legal impedirá novas concessões até a regularização da pendência.

CAPÍTULO V – DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

Art. 9º. O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa ensejará:

- I – devolução dos valores recebidos;
- II – possibilidade de responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal;
- III – comunicação ao Ministério Público e demais órgãos de controle, quando configurado dano ao erário.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os casos omissos serão analisados pela Presidência da Câmara Municipal, podendo ser solicitada manifestação técnica da Controladoria Interna.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ
GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ADALTO FERREIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Nova Mamoré, 13 de Outubro de 2025.





Município de Nova Mamoré

22.855.183/0001-60

Av. Dom Pedro II

www.novamamore.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Instrução Normativa	001/2025	13/10/2025

ID: 246958	Processo	Documento
CRC: 61839274		
Processo: 0-0/0		
Usuário: ADALTO FERREIRA DA SILVA		
Criação: 13/10/2025 15:10:35	Finalização: 13/10/2025 15:14:07	

MD5: 0F6DA85F9649288987E9ABD17C22B9BC

SHA256: A8B2FA773A1F83FE203B0260BF728FFA2FF8B873F0DFCE3763595F4D8FF91F1C

Súmula/Objeto:

Instrução Normativa 001/2025

INTERESSADOS

CAMARA MUNICIPAL	Nova Mamoré	RO	13/10/2025 15:12:37
------------------	-------------	----	---------------------

ASSUNTOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA	13/10/2025 15:12:21
---------------------	---------------------

CIENTES

CRISTINA PEREIRA DA SILVA	13/10/2025 15:29:08
---------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

ADALTO FERREIRA DA SILVA	PRESIDENTE DA CÂMARA	13/10/2025 15:14:21
--------------------------	----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 7.948/2024.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novamamore.ro.gov.br informando o ID 246958 e o CRC 61839274.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2025

Dispõe sobre o cumprimento da Recomendação nº 004/2025 – 3ª Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim/RO, quanto ao controle, concessão e prestação de contas de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO.

Dispõe sobre o cumprimento da Recomendação expedida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia quanto ao controle e pagamento de diárias aos agentes públicos, com vistas à prevenção de irregularidades e à promoção da legalidade, moralidade e eficiência administrativa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONSIDERANDO a Recomendação nº 004/2025 – 3ª Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim/RO, expedida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, que versa sobre o aprimoramento dos mecanismos de controle e a observância dos princípios constitucionais na concessão de diárias a agentes públicos;

CONSIDERANDO as medidas administrativas já adotadas pela Controladoria Interna, conforme o Memorando nº 032/CI/2025, as quais incluem a reformulação da legislação de diárias (Lei nº 2.385/2025), a elaboração de checklist técnico, a criação de instrumentos de controle e a inclusão de auditoria no Plano Anual de Auditoria de 2025;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de observar os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o interesse público de forma a assegurar o uso regular, transparente e responsável dos recursos destinados ao custeio de deslocamentos oficiais;

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regras complementares para a solicitação, concessão, controle, auditoria e prestação de contas de diárias concedidas a agentes públicos e políticos da Câmara Municipal de Nova Mamoré, visando à integridade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Art. 2º As diárias destinam-se exclusivamente ao custeio de despesas com alimentação, estadia e deslocamento urbano, nos termos da Lei Municipal nº 2.385/2025, sendo vedada sua utilização para complementação de remuneração, subsídio ou gratificação.

CAPÍTULO II – DO PLANEJAMENTO E SOLICITAÇÃO

Art. 3º Os gabinetes parlamentares e setores administrativos deverão elaborar agenda prévia e organizada de compromissos oficiais, cursos e reuniões externas, de modo a possibilitar o planejamento adequado e evitar solicitações simultâneas ou desnecessárias de diárias.

Art. 4º. A solicitação de diária deverá observar rigorosamente os formulários dos anexos e os prazos estabelecidos na Lei nº 2.385/2025, devendo conter:

I – justificativa formal do deslocamento e da necessidade de pernoite, observando que a diária integral somente será devida quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas e incluir pernoite comprovado; na ausência de pernoite, o pagamento restringir-se-á à diária especial, aplicável aos afastamentos superiores a 6 (seis) e inferiores a 12 (doze) horas, conforme art. 6º da Lei nº 2.385/2025;

II – documentação comprobatória (convites, agendas, programações oficiais, etc.);

III – correlação entre o deslocamento e as atribuições do cargo ou função exercida.

§1º. A ausência de justificativa formal ou de documentação comprobatória sem justificativa implicará o indeferimento do pedido.

CAPÍTULO III – DAS RESTRIÇÕES E DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 5º Deverão ser priorizadas reuniões, capacitações e cursos na modalidade virtual, especialmente quando ofertados gratuitamente por instituições reconhecidas.

Art. 6º Fica vedada a concessão de diárias:

I – para visitas ou entregas de documentos que possam ser realizadas por meio eletrônico, salvo comprovado interesse público de forma justificada;

II – para participação em cursos ou eventos sem relação com as atribuições do cargo, salvo quando houver justificativa devidamente fundamentada, demonstrando o interesse público e a relevância para o aprimoramento de suas atividades.

III – de forma sucessiva, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas e documentadas.

Parágrafo único. A reiteração de pedidos sucessivos poderá ser objeto de apuração pela Presidência e pela Controladoria Interna, a fim de coibir o uso indevido das diárias.

CAPÍTULO IV – DO CONTROLE INTERNO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 7º Compete à Controladoria Interna da Câmara Municipal de Nova Mamoré:

I – distribuir memorando orientativo com checklist para instrução e baixa dos processos de diárias;

II – inserir no Plano Anual de Auditoria item de análise por amostragem dos processos de diárias;

III – recomendar medidas corretivas sempre que constatadas falhas, omissões ou irregularidades.

Art. 8º O beneficiário deverá apresentar a prestação de contas no prazo máximo de três dias úteis após o retorno da viagem, nos moldes do Anexo IV da Lei nº 2.385/2025, acompanhada de:

I – relatório circunstanciado das atividades realizadas;

II – registros fotográficos e documentos complementares que comprovem a efetiva participação no evento.

Parágrafo único. A ausência de prestação de contas no prazo legal impedirá novas concessões até a regularização da pendência.

CAPÍTULO V – DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

Art. 9º. O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa ensejará:

I – devolução dos valores recebidos;

II – possibilidade de responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal;

III – comunicação ao Ministério Público e demais órgãos de controle, quando configurado dano ao erário.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os casos omissos serão analisados pela Presidência da Câmara Municipal, podendo ser solicitada manifestação técnica da Controladoria Interna.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ADALTO FERREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Nova Mamoré, 13 de Outubro de 2025.

Publicado por:
Claudio Vasconcelos Vedana
Código Identificador:157D61A0

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 14/10/2025. Edição 4087
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>